

LUIZ WERNECK VIANNA E MARCELO BURGOS

Luiz Werneck Vianna

Professor/pesquisador do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), coordenador do Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES).

Marcelo Burgos

Professor do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Cássio Casagrande

Professor de Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da UFF. Procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT/RJ).

FABIO DE SA E SILVA: Gostaríamos de começar ouvindo um pouco da sua trajetória. Nas ciências sociais brasileiras, o senhor é um dos pioneiros nos estudos sobre a Justiça. Como foi que se interessou por esse tema?

WERNECK VIANNA: De algum modo, eu sempre estive perto dele. Na minha tese de doutorado (Liberalismo e Sindicato no Brasil), estudei a estrutura sindical, especialmente do direito do trabalho e o que significava o direito do trabalho no processo de modernização brasileiro. Eu entendia -- e entendo ainda -- que não se pode compreender o processo de modernização que se inicia nos anos 1930 sem incluir nisso o Judiciário, a começar pela Justiça do Trabalho, que se estendeu de forma capilar por todo o país e tinha um caráter muito conservador. Na verdade, a Justiça do Trabalho nasce também para consolidar a tutela, ou para avançar com a tutela dos trabalhadores e, ao lado disso, criar benefícios sociais. Foi um processo de dupla frente: frente de controle, de um lado, e de concessões de benefícios do outro. Foi o que deu, aliás, muita vida à Justiça do Trabalho, porque os benefícios sociais se emplacaram com força e se tornaram referência, qualquer cidadezinha do país tem Justiça do Trabalho. É uma presença capilar imensa. E, ademais, o Poder Judiciário tem na Justiça Trabalhista uma das suas melhores expressões, pelo menos quantitativas (número de juízes do Trabalho, varas). Isso se expressa também nos palácios judiciais trabalhistas. Os corredores e gabinetes do Tribunal Superior do Trabalho tem dimensão impressionante. É uma presença muito forte na vida brasileira,

Fabio de Sa e Silva

Professor Associado de Estudos Internacionais e Professor Wick Cary de Estudos Brasileiros na Universidade de Oklahoma, EUA, e pesquisador afiliado do Centro de Profissões Jurídicas da Harvard Law School.

mas exercendo essa dupla função em que uma retroalimentava a outra, qual seja, a tutela de um lado, e, de outro, a concessão de benefícios sociais, e minha entrada nisso teve essa preocupação sempre de trabalhar esse par, a raposa e o leão, a coerção e o consenso.

Isso fez com que eu sempre entendesse a questão do Judiciário de uma forma muito política: eu não consigo entender como se deu a modernização brasileira sem a presença da Justiça do Trabalho; ela não só tutelou como também manteve controle sobre salários, eleições sindicais, tudo isso importou muito e isso foi assim dos anos 1930 até a Constituinte de 1988. No entanto, ela [a Constituição] altera essa relação, pois libera, em boa parte, os sistemas de controle sobre a vida dos sindicatos e sobre a vida em geral e cria uma série de mecanismos novos, em que os atores coletivos podem ir em busca da Justiça e em busca de seus direitos. As ações de constitucionalidade são um exemplo muito forte disso. A Carta foi um marco e esses trabalhos a que vocês aludiram, de minha autoria, foram feitos sobre o impacto da democratização, trazida pela Carta de 1988. Não que a Constituição tenha sido muito pujante nas suas construções, mas ela foi de ineditismo fantástico. Os juristas tiveram uma participação muito grande na elaboração do texto, e isso deu uma nova envergadura ao Judiciário, que estourou há pouco, como crise, quando se tentou reprimir o Judiciário, rebaixar o papel do Judiciário, especialmente, contestando-se a Constituição.

FABIO DE SA E SILVA: O senhor se refere ao embate entre a Justiça e o ex-presidente Bolsonaro?

WERNECK VIANNA: Sim, Bolsonaro se voltou contra a Constituinte como seu tema principal. E aí se viu que, apesar de desarmado, o Judiciário tinha uma força moral muito grande e tinha ligações políticas também muito poderosas, que fizeram com que ele conseguisse defender a Carta de 1988 e defender as instituições que estavam escritas nessa Carta. Não se pode falar da derrota do fascismo no Brasil sem se evocar a presença do Judiciário, especialmente das altas cortes, Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral, instituições que tiveram um papel crucial, como a essa altura é trivial anotar. O que eu imaginava em meus últimos textos, lá pelos anos 1980, 1990, é que nós continuaríamos seguindo naquele ‘samba’ e, nesse sentido, foi muito imprevisto que, por via eleitoral, a

direita mais reacionária do país assumisse o controle e tivesse como objeto principal a eliminação das barreiras presentes na Constituição ao avanço dos seus projetos fascizantes.

CÁSSIO CASAGRANDE: Olhando para o seu trabalho dos anos 1990 sobre a Judicialização da política, a magistratura, parece-nos que você tinha uma visão bem positiva do Judiciário naquele momento. Considerando o que aconteceu depois, notadamente com a Lava Jato, o senhor faz alguma releitura daquelas conclusões?

WERNECK VIANNA: Eu tive algumas ilusões, que foram ponderadas pelo resultado final. O Marcelo [Burgos] deve lembrar de que eu acabei me desinteressando sobre o tema, na medida que essas ilusões foram se configurando, mas o processo andou e, na verdade, o Judiciário se afirmou como uma potência, uma força moral inédita no país. O problema todo é você dar continuidade a isso. Isso tudo tem a ver com a formação do advogado, do juiz, os processos de seleção. E agora vamos ter um processo de seleção muito importante no Supremo Tribunal Federal. A minha aposta, o meu desejo, a minha aspiração, é que fosse posto neste lugar, no lugar do Ministro que está saindo, um jurista, um Celso de Mello, alguém com essa envergadura política e moral. Talvez não seja isso, talvez o resultado seja mais convencional. Mas também os candidatos são todos muito bons, todos eles, uns melhores que os outros, a meu gosto, os de formação jurídica mais potente são os mais importantes, porque o momento é o da discussão do Judiciário no sistema da ordem.

Há uma tentativa de rebaixá-lo, dizendo que ele invade [competências], que age por iniciativa própria; na verdade, esse processo até os anos 1960 avançava em escala mundial, daí as ações civis públicas, que nascem nos Estados Unidos, e se irradiam por toda parte e, implantadas aqui, tomaram uma força muito grande, inclusive na Justiça do Trabalho. E agora? Não se volta ao estado anterior, não se volta àquela crença, àquela fé de que a expansão do judiciário trazia mais democracia. Ele [o Judiciário] foi muito combatido e as elites perceberam o papel democrático que ele pode desempenhar e é se afastado dessa questão. O Judiciário hoje, do ponto de vista das elites, deveria ser repostado ao lugar de árbitro de conflitos. Processo que, mundialmente, antes dessas décadas infelizes que vivemos, foi em direção contrária, foi em direção oposta. O Judiciário foi

Quanto mais democracia, quanto mais liberdades, mais o Judiciário e as suas instituições passam a ter importância. É claro que, em sentido oposto, quando a democracia vai mal, o Judiciário é jogado para baixo, como foi jogado agora ou como se tenta mantê-lo nessa posição marginal, de arbitragem de conflito, que virou um senso comum nas elites. Mas isso vai e volta.

ocupando lugares. Claro que isso traz um perigo, o maior perigo dessa brincadeira avançar progressivamente é a perda da identidade do Direito, como Dworkin muito bem observou. Como avançar, como criar direito e ao mesmo tempo manter a sua integridade. Mas isso volta com a política, volta com a democracia. Quanto mais democracia, quanto mais liberdades, mais o Judiciário e as suas instituições passam a ter importância. É claro que, em sentido oposto, quando a democracia vai mal, o Judiciário é jogado para baixo, como foi jogado agora ou como se tenta mantê-lo nessa posição marginal, de arbitragem de conflito, que virou um senso comum nas elites. Mas isso vai e volta. Talvez não nesse governo Lula, que opera sob muitos constrangimentos. Mas eu tenho esperança, eu vivo de esperança.

CÁSSIO CASAGRANDE: Eu gostaria de fazer a mesma pergunta para o Marcelo [Burgos]: como ele vê, em retrospectiva, os trabalhos que vocês fizeram ali nos anos 1990 com tudo o que aconteceu nesses últimos 20 anos—as jornadas de junho, a Lava Jato, a eleição de Bolsonaro e a atuação do Judiciário; até porque vocês recentemente fizeram uma nova pesquisa sobre a magistratura, atualizando a dos anos 1990.

FABIO DE SA E SILVA: E se puder também falar um pouco da sua trajetória também seria muito rico, pois você é parte de uma geração posterior à do Professor Werneck, onde a importância política da Justiça já está mais estabelecida no cenário acadêmico.

MARCELO BURGOS: Quando penso um pouco num aspecto geracional, um cientista social que está se formando ali nos anos 1980 herda já um caminho muito sólido, que a geração do Werneck havia construído, mas também vive um momento muito especial, o da redemocratização, que culmina na Constituição de 1988. Então, temos um compromisso ético, visceral com essa democracia e esse é o contexto geral da minha entrada no tema, mas de maneira mais prática e profissionalmente, isso se deu a partir do convite que o Werneck recebe e me estende, me convida para participar da pesquisa que resultou no livro *Corpo e Alma da Magistratura Brasileira* e que está obviamente muito vinculada à proposta de reforma do Judiciário, que vai culminar na aprovação da Emenda Constitucional nº 45, em 2004. Os debates sobre a reforma começam em 1992 e, como o Werneck gostava muito de dizer, surpreendem uma

magistratura muito pouco prevenida para esse debate público, para o protagonismo que, no entanto, a Constituição de 1988 tinha desenhado [para os tribunais]. Isso é interessante, esse descompasso entre uma cultura profissional referida a um Judiciário muito atrofiado e essa nova configuração que a gente começa a viver, plenamente, nos anos 1990. Depois, quando a gente faz estudos sobre as ADINs; as primeiras ADINs encontram uma reação muito prudente por parte da Suprema Corte, mas já estava claro que aquele dique ia ser rompido, como de fato ocorreu um pouco adiante.

Quanto à pergunta do Cássio, para complementar o que foi dito pelo Werneck, eu poderia dar uma resposta mais, vamos dizer assim, mais “pé no chão,” no sentido de trazer coisas mais recortadas. *Corpo e Alma da Magistratura Brasileira* é um estudo de sociologia do juiz brasileiro, uma sociologia da corporação — aliás, o Werneck traz toda uma bibliografia que ele incorpora ao debate público e à ciência social brasileira. E o principal destaque, assim, se a gente pudesse eleger algum, foi identificar que aquela nossa magistratura tinha uma cara mais democrática e plural do que a gente supunha inicialmente. Já na pesquisa que fizemos mais recentemente, que deu lugar a uma publicação da AMB chamada *Quem Somos: A Magistratura Que Queremos*, o que se percebe é uma corporação mais fechada. As tendências identificadas na pesquisa dos anos 1990 não se confirmam; é uma magistratura eminentemente branca, muito mais masculina que feminina, não é uma magistratura heterogênea dos anos 1990. Então é uma outra sociologia, inclusive, quando a gente compara, e isso é muito interessante, da segunda pesquisa, as especificidades da Justiça Federal. O juiz federal nos anos 1990 não tinha se tornado esse protagonista que a gente vai identificar duas décadas depois. Isso é um dado importante, porque explica um pouco do que aconteceu no Brasil em função desse personagem inteiramente novo, que eu acho que foi criado, em parte, pela capacidade do Judiciário construir uma agenda que vinha sendo beneficiada pelo papel democrático dele, mas que acabou criando efeitos não desejáveis, efeitos perversos.

Essas pesquisas diferem de outras que fizemos e que caminham mais para uma linha de sociologia política do acesso à justiça, da judicialização da política e relações sociais no Brasil, que se

A gente sabe que você não resolve problemas da política representativa pelo Judiciário, mas isso, em alguma medida, acabou acontecendo, foi hipertrofiando a judicialização.

desdobrou em duas partes: o estudo das ADINs, que entendíamos ser o lugar onde, de fato, a judicialização da política estaria ocorrendo; e o estudo dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que são a porta de entrada da população — no caso da Justiça Cível, com pequenas demandas, e o JECRIM, na época, colonizado por crimes ou conflitos domésticos, que foram parcialmente, inclusive, depois levados para outra instância por conta da Lei Maria da Penha.

Sobre isso, o que eu acho importante da gente dizer, claro, acrescentando uma coisa para além do que o que o Werneck falava, é que, de fato, há uma chave que o Werneck, líder do grupo, introduz, que é de olhar o fenômeno como virtuoso, na contramão do que a literatura, sobretudo da Ciência Política no Brasil, identificava — como se a judicialização fosse alguma coisa que retirasse energia da nossa democracia. Alguns conceitos como de soberania complexa, representação funcional, são absolutamente fundamentais para uma compreensão alargada da complexidade da democracia que a gente tinha criado em 1988. Num certo sentido, tem uma chave virtuosa que continua aí; se não tivéssemos a Suprema Corte que temos, provavelmente a nossa democracia teria ido pro ralo. Por outro lado, ficava evidente já desde aqueles nossos estudos que a judicialização da política poderia ser usada de forma abusiva ou que ela se estabeleceria em tensão com as políticas representativas. A gente sabe que você não resolve problemas da política representativa pelo Judiciário, mas isso, em alguma medida, acabou acontecendo, foi hipertrofiando a judicialização. Em suma, éramos muito animados pela ideia de que por esse caminho, por essa arena de administração de conflitos (a Justiça) a democracia brasileira se fortalecia como, de fato, se fortaleceu; ou que a força da nossa democracia também está muito [na Justiça], porque, olhando para as ameaças representadas por Bolsonaro, se nós dependêssemos exclusivamente da democracia representativa, nós provavelmente estaríamos em uma situação muito mais grave.

FABIO DE SA E SILVA: Eu gostaria de me apoiar um pouco nessa descrição que o Marcelo [Burgos] fez dos estudos de vocês na linha de uma sociologia da corporação e fazer uma pergunta para o professor Werneck. Ele falou das ameaças externas ao sistema de Justiça — de como Bolsonaro tentou subjugar os Tribunais e os transformou em inimigos como estratégia evidente de concentração de

poder e de erodir a democracia. Mas eu gostaria de ouvir a sua avaliação sobre os obstáculos internos, revelados por essa segunda pesquisa, que mostrou que a Justiça parece se distanciar da promessa democrática que representou nos anos 1990. Como essas fraquezas internas da Justiça podem obstaculizar a sua capacidade de servir como vetor de democratização no Brasil?

WERNECK VIANNA: É muito difícil responder isso. O que vivemos nesses 4 últimos anos vai persistir; a tentativa de manter o Judiciário num ‘gueto’, num lugar especializado da administração de litígios, de arbitragem entre conflitos, isto é, esvaziar o Judiciário da sua presença na política, uma presença que ele acabou alcançando mesmo sem o querer — foi a sociedade democrática que foi empurrando o Judiciário para essas posições. Aliás, essa é a tese, implícita, no trabalho do Nonet e Selznick, uma obra prima de sociologia jurídica. Eles acentuam exatamente essa relação entre o Judiciário e o seu entorno, o Judiciário e a política, o Judiciário e as instituições democráticas — quando as instituições democráticas recuam, o Judiciário está perdido. Nós temos agora como missão histórica restabelecer a democracia no Brasil e, na medida em que formos um pouco felizes nisso — e eu espero que o Governo Lula nos aponte cada vez mais nessa direção —, na medida em que isso avançar, o Judiciário vem junto porque será chamado a responder às demandas da população. O povo participa desse processo de mudança com as suas postulações, com as suas demandas, vai forçando portas, forçando aberturas hermenêuticas. Então, a meu ver, nessa dialética política — a ponta mais aguda é a da política, não a do Judiciário, este a acompanha. Ele percebe a sinalização, ouve o clamor, ouve as demandas. Por exemplo, não é possível mais deixar de ouvir as demandas das mulheres e como isso repercute na legislação, nas instituições e no próprio direito, na própria formatação do direito, está evidente. E isso vem de baixo, vem dessa movimentação não organizada, isso é uma mudança de tempo, mudança de espírito.

CÁSSIO CASAGRANDE: Marcelo, aproveitando a pergunta do Fabio, você podia explorar esse tema. Eu achei interessante que você comentou ali o papel da Justiça Federal, que esteve sob os holofotes na Lava Jato, enfim, que inclusive levou juízes como Sérgio Moro a entrarem para a política. Como você vê isso?

A Lava Jato foi um momento de ameaça e eu me surpreendi até, porque um pouco com Bourdieu na cabeça, pelo fato de as instituições do Direito estarem se entregando tão facilmente a um movimento arriscadíssimo.

WERNECK VIANNA: Já que você mencionou o Sérgio Moro, eu gostaria de dizer que ele é um caso frustrado. Eu não me lembro de outro juiz eminente como ele que tenha sido defenestrado pelos seus pares. O fato dele estar presente na vida política é circunstancial, não houve tempo de ejetá-lo, mas chegará esse tempo, ele não vai conseguir refazer a imagem que ele teve na época de ouro da Lava Jato. Inclusive porque ele não conhece direito o Direito. Ele é um mau praticante da disciplina.

MARCELO BURGOS: Na pesquisa que fizemos, víamos Moro ser tratado como herói na magistratura pelo protagonismo que ele chegou a ter, mas era muito evidente que tínhamos ali uma ameaça real ao campo do Direito — e aqui trago uma referência a Bourdieu, pois se tem um lugar onde o conceito de campo Bourdieusiano pode ser útil é o campo do Direito no Brasil. Quando nós nos aproximamos desse universo, falava-se em ‘família Judiciária’, e aí incluindo MP, Defensoria — sendo uma espécie de primo pobre — o Judiciário nos seus diferentes ramos, as Faculdades de Direito. Num certo sentido, essa exposição à política leva a uma politização do Judiciário e ameaça à integridade do campo. E é interessante, porque isso levou a que se testassem os mecanismos de controle, que era um dos temas em *Corpo e Alma...*, o controle interno da magistratura. Foi um teste dos mecanismos, tanto de Corregedorias, quanto do próprio CNJ, e isso também vale para o Ministério Público, com Conselho Nacional do MP. Todos foram levados ao estresse e muito do que se fez, por ora, ainda está completamente a salvo de punição, de sanção. Esse é um tema muito importante, porque nós pensamos muito na chave de um Judiciário solidário às instituições de controle do Estado e muito especialmente controlando o uso do dinheiro público, mas outra agenda é o controle do Judiciário, ou seja, como se dão os mecanismos de controle do Judiciário. A Lava Jato foi um momento de ameaça e eu me surpreendi até, porque um pouco com Bourdieu na cabeça, pelo fato de as instituições do Direito estarem se entregando tão facilmente a um movimento arriscadíssimo. O Werneck cunhou um termo na época, o “tenentismo de toga”, esse lugar de um juiz herói, se colocando acima e criminalizando a política, de uma maneira completamente irresponsável e que acaba sendo parte importante dos ventos fascistas que vivemos. Outro aspecto em *Corpo e Alma...*

de que o Werneck vai se lembrar era o tema da neutralidade do Judiciário e o positivismo jurídico como é que isso também, em alguma medida, foi suspenso, quando se admitiu que o Juiz podia lançar mão de qualquer procedimento, para, eventualmente, criminalizar determinados políticos...

WERNECK VIANNA: O exemplar disso foi o [Sergio] Moro...

MARCELO BURGOS: Claro, mas há outros. E isso, como você mesmo falou na época, comentando sobre o “tenentismo de toga”, havia um sentimento, não só no Judiciário, mas também no Ministério Público. É claro que o que se deu em Curitiba foi um caso agravado, mas isso está presente como um fenômeno mais amplo. Também temos que iluminar isso, porque falamos do [Sergio] Moro, mas as demais instâncias, tanto o TRF-4, quanto o próprio STJ, acabaram arrastadas por isso. E não é que um juiz exerceu aquele papel que acabou se espalhando; aquilo estava presente na magistratura. Quando a gente, inclusive, se reaproximou da magistratura, eu cheguei na sede da Associação e tinha foto de juizes que tinham feito curso de tiro com o CORE da polícia, com armas na mão, quer dizer, toda uma estética, uma gramática também de uma magistratura que tinha perdido um pouco o seu elo mais vital com a defesa do Estado Democrático de Direito, aquele elo que a gente identificava nos anos 1990. Para falar dos Juizados e do acesso à Justiça, a gente lembra que o movimento nos anos 1990 era quase de criar um Juizado numa sobreloja, não importa, o Juizado tem que estar onde o povo está, você tem que dar passagem para uma litigância reprimida; esse momento de expansão do Direito e das instituições do Direito ao encontro dos anseios da nossa democracia vai perdendo tração e a gente chega numa etapa que faz com que a Magistratura, ou parte dela, está muito pouco preocupada com esses grandes temas, vai vivendo a sua rotina — e isso a nossa segunda pesquisa traz —, vivendo a sua rotina de “estou fazendo a minha parte”, a vida associativa perdendo contato com os grandes debates. Ou surge uma outra magistratura em busca de um protagonismo exacerbado e completamente incompatível com a sua função. Então, do ponto de vista da sociologia da magistratura, houve uma mudança que ajuda a explicar, em parte também, parte do fenômeno, mas apenas parte. É preciso abrir esse debate sobre os mecanismos de controle interno, que ficou muito secundário.

Então é algo grave e a nossa Suprema Corte acabou sendo levada para isso porque todas as outras instituições ficaram um pouco fragilizadas. E aí quando o Cássio pergunta “os juízes estão mais conservadores?”, eu acho que o que houve foi que o país se tornou mais conservador.

CÁSSIO CASAGRANDE: Vocês atribuem essa mudança a uma mudança geracional? Uma geração mais conservadora do que aquela da primeira etapa, que havia vivido sob a ditadura militar?

FABIO DE SA E SILVA: Nessa mesma linha de indagação, algo que aparece nessa segunda pesquisa de vocês, que eu relia há pouco, é uma relação de tensão entre Cortes Superiores e primeira instância. Há uma queixa dos juízes de primeira instância de que não há controle sobre os Tribunais Superiores e criticam a composição ‘política’ do STF, um sentimento, aliás, que ecoa a crítica Bolsonaroista.

MARCELO BURGOS: Isso não foi exatamente uma novidade, já tinha aparecido na primeira, mas há sim uma insatisfação exacerbada entre os juízes de primeira instância, especialmente da Justiça Comum. Há um mal-estar [entre esses juízes] que, em alguma medida, talvez tenha ajudado a emprestar força ao protagonismo de um juiz de primeira instância, como foi o caso do [Sergio] Moro. Mas vocês trouxeram um conjunto de questões que não são de fácil articulação. Há evidências de que o modelo brasileiro está sendo questionado, por exemplo quando o Senado se propõe a discutir mandato [de Ministros de STF]; isso é um questionamento direto ao nosso modelo. Pode ser uma espécie de... sabe quando você abre uma porta e vai vir uma enxurrada? Então é algo grave e a nossa Suprema Corte acabou sendo levada para isso porque todas as outras instituições ficaram um pouco fragilizadas. E aí quando o Cássio pergunta “os juízes estão mais conservadores?”, eu acho que o que houve foi que o país se tornou mais conservador. O Jairo Nicolau até escreveu um livro que ficou famoso porque tem como título “O Brasil virou à direita”. Não são os juízes, é um contexto mais amplo. Se você pensar a perda de importância do papel da grande imprensa — que é muito grave — eu, por exemplo, perguntei aqui para minhas alunas de primeiro ano quem lia jornal, uma disse que lê um site que faz um resumo [das notícias do dia], outras disseram que assistiam Jornal Nacional por causa da avó, as demais disseram “não, não lemos”. Então você tem um deslocamento muito grave, muito fundo, de estruturas que fazem parte da construção da opinião democrática. Isso, é claro, afeta a magistratura e, ao mesmo tempo, em que a gente precisa de uma magistratura com uma melhor compreensão do seu papel, encontra lá na base homens e mulheres que não estão

sendo selecionados a partir de critérios que talvez pudessem favorecer nessa direção. Um dos elementos desse contraponto entre o retrato dos anos 1990 e o retrato mais recente é a importância crescente dos cursos preparatórios [na aprovação para as carreiras jurídicas], que já funciona como um filtro, um filtro social. Quem é que tem condições de pagar esses cursos preparatórios? Você tem uma classe média que se apropriou muito dessa profissão. Então há uma série de fatores e eu evitaria uma resposta assertiva do tipo “a magistratura se tornou mais conservadora;” o país como um todo foi deslizando nessa direção. Agora, como nós precisamos de uma magistratura que faça o contraponto, isso acabou estressando muito o papel da Suprema Corte, quer dizer, alguns Ministros, porque ali o indivíduo conta, ali o nome, a estatura do magistrado ou da magistrada conta, como, de fato, contou. Porém isso é um arranjo muito frágil, porque no limite todas as instituições intermediárias foram desnudadas e ficou um enfrentamento do próprio Executivo, que domina uma máquina, que dominava uma máquina de gabinete de ódio contra 11 Ministros e não eram os 11. Em suma, esse foi e é um momento muito delicado para a gente pensar, na linha do que o Werneck falava lá no início, da responsabilidade não só da atual Presidência da República, mas também da sociedade civil. A sociedade civil precisa se levantar do nocaute; os movimentos que trazem uma pauta mais de identidade são fundamentais, mas precisamos construir formas horizontais, mais largas, porque as condições sociológicas que estavam presentes, que elegeram Bolsonaro, elas continuam aí. E o Judiciário também está muito embebido nesse ambiente.

CÁSSIO CASAGRANDE: Se vocês puderem nos dar mais alguns minutinhos, eu gostaria de abordar o tema Justiça Eleitoral, eu sei que nunca foi um objeto direto de pesquisa de vocês, mas eu penso que a Justiça Eleitoral, Werneck, faz inclusive uma ponte com o seus estudos dos anos 1930, 1940, a Era Vargas, porque a Justiça Eleitoral também se mostrou muito importante no processo de modernização brasileira. Há um processo contra o Bolsonaro que vai ser julgado agora na Justiça Eleitoral, que pode torna-lo inelegível; o que isso poderia desencadear isso?

WERNECK VIANNA: Estou de acordo com sua premissa; a Justiça do Trabalho e Justiça Eleitoral nasceram praticamente juntas, tiveram

Sim, há avanços, mas eu chamava atenção para os gargalos. Na verdade, o voto das parlamentares que se elegeram agora recentemente, elas têm uma parte, uma extração popular, mas a classe média vota nelas e ajudou a eleger e isso é importante também. Mas eu considero esse um desafio mais fundo da sociedade brasileira.

uma história de afirmação lenta, difícil, e acabaram tomando o papel que hoje ocupam, especialmente a Justiça Eleitoral, que segurou o avanço do fascismo. O mundo parece que está perdido, mas não está.

MARCELO BURGOS: É, eu vou fazer um movimento para a base. Estamos falando da Justiça Eleitoral, mas temos um problema não resolvido, que Werneck mesmo já escreveu a respeito e que tem a ver com a construção do voto, a partir de baixo, das favelas e das periferias. Esse é um tema candente, porque ele sempre atuou no sentido de reduzir um pouco a força da democracia e das instituições.

WERNECK VIANNA: Mas está entrando, tem parlamentar da Maré. Na nossa sociedade tudo é lento, é lento, mas é afirmativo. Esse processo da Maré, se eu sou um jovem sociológico, eu ia estudar isso, que ‘diabo’ está acontecendo lá, que elege parlamentar, que tem homens poderosos, que têm intelectuais nativos...

MARCELO BURGOS: Sim, há avanços, mas eu chamava atenção para os gargalos. Na verdade, o voto das parlamentares que se elegeram agora recentemente, elas têm uma parte, uma extração popular, mas a classe média vota nelas e ajudou a eleger e isso é importante também. Mas eu considero esse um desafio mais fundo da sociedade brasileira. Quando você fala de um lugar como o Rio de Janeiro, não há como não perceber isso. Nossa Câmara Federal hoje está fortemente dominada por deputados que não têm uma relação aberta com a opinião, com o mundo popular. A lógica da milícia, não podemos deixar de falar disso, porque isso também não é só um fenômeno fluminense. Então, são aspectos importantes que eu acho que trazem uma outra agenda, esse bloqueio também, para a transformação de certos interesses, apetites em representação política. Mas é mais para deixar aqui um registro, nada disso interfere na compreensão da importância da Justiça Eleitoral.

CÁSSIO CASAGRANDE: Mas indica que a Justiça Eleitoral, por si só, não vai “salvar” o processo democrático?

MARCELO BURGOS: É, exatamente, você precisa de outros processos, outras articulações. Werneck falou de avanços, houve avanços, em grande medida até no rastro do assassinato da Marielle, é quase um efeito desse brutal episódio. Mas é lento. Werneck falou, é lento. No Brasil, tudo é lento. Mas é algo para o qual temos que ficar atentos, porque senão a democracia fica muito fragilizada também.

E o que vivemos no período Bolsonaro foi muito grave, porque essa aliança que ele estabeleceu – uma aliança construída, inclusive, com distribuição de verbas para rádios evangélicas – foi muito perigosa e tem penetração popular.

Um dos desafios que está posto é desfazer esses elos que coagulam a vida popular, porque criam uma fantasia de que a agenda é uma agenda moral [que está em jogo] quando, na verdade, as pessoas estão expostas a toda sorte de privações. É um brutal deslocamento. Então, são questões que eu acho que fazem parte desse cenário de desafio. Se não criarmos mecanismos mais embaixo, no nível da sociedade, não tem como. O que aconteceu em 2022 foi talvez um momento de extrema gravidade, mas ao mesmo tempo não dá para pensar em uma repetição disso. É muita água para esse dique. Tem que ter oxigenação aqui embaixo, tem que ter irrigação aqui embaixo.

Entrevista realizada no dia 4 de abril de 2023 por vídeo online.